

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Comunidade Brasileira

Class.: 316

Data: 16 de Março de 1986

Pg.: _____

Índios querem terra e mudanças na Funai

Numa mesa-redonda na CNBB, eles decidem instalar assembléia permanente para achar soluções

MILA PETRILLO



Na seriedade dos índios, uma constatação: l... os precisam de unidade

ROSANE GARCIA
Da Editoria de Nacional

Lutar pela saída do atual presidente da Fundação Nacional do Índio, Apoená Meirelles, ser a favor ou contra o projeto de descentralização do órgão; qual a saída para que as terras indígenas sejam demarcadas; os índios estão sendo ou não manipulados e que tipo de manipulação existe. Estas foram algumas das questões colocadas em discussão na manhã de ontem, numa mesa-redonda promovida pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), reunindo diversas lideranças tribais e representantes dos movimentos de apoio à causa indígena.

A demissão de Apoená Meirelles não é um consenso entre os representantes das tribos. A questão da Fundação Nacional do Índio é muito mais profunda e a sua solução não reside na troca de uma pessoa por outra. O cerne do problema está na estrutura do órgão que não é competente para atender as necessidades dos diversos grupos, principalmente no que se refere à demarcação dos territórios, saúde e educação. Entretanto, no momento, a saída de Apoená significaria reduzir a pressão exercida sobre os grupos, cujos problemas têm suas soluções postergadas há vários anos. Além disso, a magia que predominou é a ausência de diálogo entre a direção do órgão tutelar e as comunidades indígenas, que, a exemplo dos governos autoritários, são alijadas de qualquer discussão quando as autoridades pensam em alterar a estrutura da Funai.

Pedro Tikuna, Valdomiro Terena, Viana Uomé Atroari, Francisco Kalngang, Alvaro Tukano, Marcos Terena, Megaron Metutire e Marta Guarani eram os debatedores do encontro. Cada um teve um tempo médio de dez minutos para expor o que pensava sobre demarcação de terra, violência, manipulação, descentralização da Funai e avaliar o movimento indígena, cuja forma de luta começa a ser repudiada pela opinião pública diante dos recentes episódios ocorridos em Brasília.

Todas as exposições centraram-se na questão da terra e na falta de diálogo com as autoridades, assinalando o fechamento da Funai e do Ministério do Interior a qualquer tentativa de negociação que estimula os índios a assumirem posturas, nem sempre elogiáveis, como as registradas no início da semana passada. Educados e pacíficos, cada integrante da mesa discorreu sobre a problemática de sua nação, não escondendo a discordância que há entre eles. A maioria convergiu, contudo, na necessidade de uma reestruturação profunda do órgão tutelar.

"Árvore velha para sair broto é preciso que seja cortada", afirmou o cacique dos Pataxó Há-Há-Há, Naiton Pataxó, defendendo uma nova estrutura para o órgão tutelar, que a reboque de uma reformulação retire os funcionários descompromissados com a causa indígena.

O cacique geral dos Tikuna (AM), Pedro Tikuna, denunciou não apenas a falta de atendimento à sua comunidade pela Funai, como também defendeu a permanência de Apoená Meirelles, condicionada a uma reformulação total do órgão. A posição de Pedro foi endossada por Valdomiro Terena, que durante os debates não conseguiu esconder o seu constrangimento, quando as demais lideranças salientaram que os índios não podem vir a Brasília para ficar em hotel e promover atos que engrandecem o movimento indígena.

Muito preocupado estava o cacique Francisco Kalngang da reserva de Mangueirinha, Paraná, com a possibilidade da sede da Funai ser deslocada para Manaus. "Se para se chegar aqui já é difícil, como iremos tratar do nosso problema em Manaus?", indagava ele, admitindo que "a Funai está chegando ao fim, como aconteceu com o Serviço de Proteção aos Índios". Ao mesmo tempo não escondia sua indignação com o fato das lideranças não serem consultadas sobre as mudanças que a direção da Funai pretende imprimir ao órgão.

Francisco Kalngang aproveitou para denunciar a devastação florestal que ocorre nas terras dos índios do Sul do País. "A nossa reserva é rica em pinheiro araucária, mas a Funai já cortou quase tudo e até hoje não pagou aos índios que foram operários, alegando que não tem dinheiro, apesar de diariamente terem saído quatro a cinco caminhões de madeira para os industriais da região", afirmou Francisco. Assim, ele concluiu que é necessário o fim da Funai e o surgimento de outro órgão, por-

que "essa aí não tem mais jeito", lembrando que o cerco militar foi uma "vergonha para a Funai, porque não havia índios armados ou dispostos a lutar".

OBJETOS

O coordenador nacional da União das Nações Indígenas, Alvaro Tukano, acusou a Funai de ser um órgão que divide as comunidades indígenas e incapaz de solucionar os seus problemas. "Não podemos ser mais objeto de sobrevivência de quem não tem compromisso com a nossa luta", afirmou Alvaro, ressaltando que a solução é a criação de uma organização autônoma que negocie diretamente com o governo e busque a elaboração de um tratado.

O assessor do Ministério da Cultura para assuntos da Cultura Indígena, Marcos Terena, advertiu que a política indigenista oficial está assumindo um contorno que poderá ferir e derrubar todas as conquistas obtidas pelos índios, principalmente no último governo militar. Assim, ele questionou se a solução seria apenas tirar o sertanista Apoená Meirelles da Presidência da Funai ou lutar por uma reestruturação profunda do órgão.

Para Marcos Terena o que não pode acontecer é o índio assumir atitudes que ajudem a Funai a passar à opinião pública imagens demagógicas do movimento indígena e do próprio índio. Ele ponderou ainda que o Governo pode tomar uma medida de força, a exemplo do pacote econômico, responsabilizando o índio por todos os seus atos e ressuscitar a figura da emancipação, tão combatida no governo Geisel.

De outro lado, Marcos Terena rebateu a tese de manipulação dos índios por brancos, alhelos às comunidades. Na sua opinião, o próprio órgão tutelar patrocina a manipulação, quando além de ter um Departamento de Assistência ao Índio (DAI) cria uma coordenação que é acionada para hospedar índios em hotéis de duas ou três estrelas. Deixou claro que Apoená Meirelles não está sozinho e que na sua retaguarda existe uma estrutura, enquanto que os índios não têm a mesma organização.

Ao ser acusado por Naiton Pataxó de estar defendendo Apoená, Marcos Terena rebateu, lembrando que Apoená é apenas uma peça muito pequena dentro de uma engrenagem complexa. "Se Apoená sair será que as terras dos Pataxó e de outras comunidades serão demarcadas?" Questionou Marcos Terena. "Estamos com uma postura tática errada. Acredito que a nossa proposta deve ser no sentido de ser criada uma Comissão de Defesa dos Interesses Indígenas, assim como existe o da Mulher e dos Direitos Humanos", disse ele.

Com a voz calma e pausada, Megaron Metutire sintetizou, em poucas palavras, o espírito que predominou durante a reunião. "O que vejo aqui é a falta de nós, índios, nos organizarmos. Cada grupo de índio tem um pensamento diferente, apesar de cada um ter os mesmos problemas: terra, saúde e fome". Ele lembrou o episódio do Xingu em que os Txucarramãe conquistaram, junto com os demais grupos, todas as suas reivindicações. Ressaltou, entretanto, que a vitória só foi possível porque "não deixei que os velhos viessem aqui e ganhassem presentes da Funai, senão eles seriam comprados e os nossos problemas não seriam resolvidos". Com efeito, Megaron

defendeu a união dos grupos indígenas em torno de uma única causa: demarcação dos territórios, depois "eles vivam como quiserem".

ILUSÃO

Megaron deu exemplos práticos para que os índios não se iludam com presentes. Revelou que nos últimos dias, o grande cacique Bebgogotire lhe telefonou contando que Apoená estava na área entregando vários presentes, como armas, motores de barco, entre outros. Ele advertiu ao cacique geral dos Kaikó, que vivem ao sul do Pará, para que não aceitasse presentes e exigissem a demarcação das terras. A justificativa de Megaron é de que os presentes acabam e a terra é a única garantia de sobrevivência.

Marta Guarani, sobrinha do líder Marçal assassinado há dois anos, defendeu também uma reformulação profunda da Funai, considerando que comunidades indígenas como as que vivem em Paraguruçu (MS) estão morrendo de fome. Ela denunciou que recentemente 33 crianças morreram, após a comunidade ser expulsa de suas terras pelo fazendeiro Geraldo Colmbra.

Segundo Marta, a luta dos índios do Mato Grosso do Sul não se resume em ver desvendado o assassinato do líder Marçal, mas também em querer reverter um quadro de fome e miséria, que se agrava com a penetração branca motivada pelas riquezas florestal e mineral das áreas. Criar rivalidades entre os grupos é a estratégia usada pelos brancos, segundo ela, a fim de que seja facilitado o trabalho de extração das riquezas florestais. "O branco tem usado o índio para acabar com o próprio índio", afirmou Marta.

Pela primeira vez, dois índios Atroari participaram de um debate sobre a questão indígena. Sem entender muito do que acontecia, eles não deixaram de apresentar suas denúncias e a reivindicação comum a todos os grupos: demarcação de terras.

Pela principal denúncia dos representantes Waimiri-Atroari, Viana Uomé Atroari e Mario Paró Atroari (levada semana passada ao ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto) é a invasão de seu território pelas empresas de mineração. Diante dos outros índios, eles lamentaram que a comunidade que em 1972 era constituída por cerca de três mil índios esteja reduzida a 350 pessoas. A dizimação do grupo, por doenças como gripe, sarampo, tuberculose, deve-se ao ingresso das mineradoras e também às constantes detonações de explosivos, utilizados na pesquisa mineral.

A discussão para que os índios cheguem a uma proposta concreta sobre os destinos da Funai continuará, em forma de assembléia permanente instalada ontem na sede da CNBB, com assessoria política e antropológica do Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (Inesc), Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e jurídica, através da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). As conclusões serão encaminhadas ao ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, entendido pelas lideranças como interlocutor, face à receptividade dada em outras ocasiões. A expectativa é de que talvez seja possível chegar a um consenso de forma democrática para uma solução viável da problemática indígena brasileira.

Contratação gera impasse

Expectativa e apreensão. É este o estado de espírito dos 56 técnicos em indigenismo da Funai. E desta vez não é por causa de invasões de índios à sede do órgão, mas por sua não-contratação pela Fundação após terem sido aprovados em concurso público nacional, realizado um curso de dois meses sobre indigenismo e um estágio de três meses em áreas indígenas de todo o País.

As provas e o estágio foram realizados ano passado, porém os resultados só saíram dia 26 da janela deste ano, em edital assinado pelo presidente da Funai, Apoená Meirelles. A partir daí, se intensificou a "via crucis" dos 56 aprovados, entre profissionais liberais, bancários etc., que abandonaram seus empregos em função da Funai, e não conseguiram até agora uma posição definida quanto ao seu caso.

A comissão dos concursados do Curso de Técnico Indigenista de 1985 esteve com Maurício Vasconcelos, secretário-geral do Ministério do Interior, para onde foi mandado por Apoená Meirelles um pedido de excep-

cionalidade na contratação dos técnicos, visto que o decreto que proíbe a admissão de pessoas no serviço público só expira um junho. Segundo a comissão, porém a contratação não pode ser impedida pelo decreto, pois o concurso foi anterior à neidida.

No Ministério, mais uma vez nada ficou definido para os técnicos, apesar de ser notória a necessidade de novos funcionários nas áreas indígenas da Funai. Rondônia, por exemplo, tem 12 postos indígenas mas nenhum deles tem um chefe — função para a qual os concursados estão habilitados. "A gente estranha também o fato da Funai ter gasto uma verba considerável conosco, em cursos e passagens, ano passado, e não nos contratar. E quanto a afirmação de que faltam recursos, não podemos aceitar, já que é pública a participação da Vale do Rio Doce e Polonoroeste na realização do concurso, curso e posterior estágio, cuja finalidade seria a melhoria de recursos humanos nas áreas indígenas", afirma Regina Célia Silva, uma das aprovadas.